

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.391 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 2001



Presidente do Flamengo depõe hoje no Senado

Edmundo Santos Silva deve explicar depósito de US\$ 16,5 milhões nas Ilhas Cayman, outro depósito na compra de Petkovic e os motivos por que a diretoria não presta contas rotineiramente ao conselho fiscal.

PÁGINA 2

Arlindo quer regulamentar Lei do Abate de aviões

Arlindo Porto critica demora do governo em regulamentar lei que permite derrubada de aviões que ameacem território ou violem espaço aéreo.

PÁGINA 8



Arlindo: lei permanece sem efeito porque o governo não a regulamentou



Os senadores da CAE vão debater o projeto que flexibiliza a contratação de mão-de-obra, relatado por Paulo Souto

Comissão examina novas regras para trabalho temporário

A Comissão de Assuntos Econômicos deve examinar hoje o substitutivo de Paulo Souto ao projeto que estabelece novas regras para a contratação temporária de mão-de-obra e o emprego da terceirização de serviços.

PÁGINA 3



Utilização de símbolos nacionais pode mudar

A Comissão de Educação vota hoje projeto que promove mudanças na apresentação dos símbolos nacionais, permitindo o uso de roupas identificadas com a Bandeira.

PÁGINA 2

O projeto também estabelece pena de prisão de três meses a um ano para quem desrespeitar a Bandeira Nacional



Jonas Pinheiro apelou à equipe econômica para que anuncie solução ainda hoje

Jonas pede acordo para dívida de agricultores

Os agricultores que negociaram suas dívidas com o governo federal em 1996 não têm condições de pagar a terceira parcela, que vence amanhã. A advertência é do senador Jonas Pinheiro, que apelou ao governo federal em busca de solução.

PÁGINA 7

Código do Contribuinte será votado em dezembro

O Senado deve adiar para 5 de dezembro a votação do Código de Defesa do Contribuinte. Pedro Malan e Everardo Maciel debaterão a proposta com os senadores em 28 de novembro.

PÁGINA 4

Presidente do Flamengo depõe sobre depósito nas Ilhas Cayman

Edmundo Santos Silva, que será ouvido às 10h pela CPI do Futebol, deve esclarecer também por que a diretoria executiva não presta contas ao conselho fiscal do clube



A CRE, presidida por Jefferson Péres, votará também acordos internacionais

Indicações de embaixadores são analisadas

As indicações dos embaixadores do Brasil junto às Repúblicas da Áustria e de Malta devem ser votadas hoje, a partir das 17h30, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O diplomata Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur foi indicado para a embaixada em Viena. O embaixador Joaquim Luís Cardoso Palmeiro, que representa o país na Líbia, deve ocupar o mesmo cargo em Malta. Os diplomatas serão sabatinados em reunião secreta. As indicações ainda serão submetidas ao Plenário.

Vários acordos internacionais também estão na pauta da CRE, presidida pelo senador Jefferson Péres. Entre eles, destacam-se o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul; o Protocolo Ushuaia sobre o Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile; e a Convenção de Basileia, sobre o Controle do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos.

O presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva, depõe hoje, a partir das 10h, na comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga irregularidades nas federações e clubes de futebol. O dirigente flamenguista terá de explicar, entre outras coisas, a origem de depósito no valor de US\$ 16,5 milhões no paraíso fiscal das Ilhas Cayman.

Edmundo Santos Silva deve



também ser questionado pelos senadores da CPI sobre a compra do jogador sérvio Petkovic. O relator da comissão, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), tem informações de que o Flamengo pagou pelo passe de Petkovic US\$ 6 milhões. Desse total, foi feito um depósito no valor de US\$ 1,2 milhão na conta da empresa Picoline, com sede no exterior. A CPI desconfia que a empresa seja "fantasma".

Devem ainda ser esclarecidos pelo dirigente os motivos pelos quais a diretoria executiva do clube não presta contas, rotineiramente, ao conselho fiscal, conforme determina o estatuto da entidade. Essa é a segunda vez que o presidente do Flamengo depõe na CPI do Futebol. De acordo com o presidente da comissão, senador Álvaro Dias (PDT-PR), os trabalhos do colegiado devem ser concluídos em 6 de dezembro, com a votação do relatório final.

Educação vota projeto que flexibiliza uso do Hino e da Bandeira Nacional

A Comissão de Educação (CE) votará hoje projeto que permite o uso de roupas identificadas com a bandeira e demais símbolos nacionais. Essa é uma das alterações propostas pelo projeto do Executivo, relatado pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO), que faz várias mudanças na forma e na apresentação dos símbolos nacionais.

A intenção é conferir flexibilidade às manifestações cívico-culturais, em consonância com a evolução dos costumes — explicou o relator. O projeto já foi aprovado na Câmara e ainda será submetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

A legislação que regula a forma e apresentação dos símbolos nacionais é de 1971 e, na avaliação de Moreira Mendes, não está adequada às mudanças de comportamento social ocorridas desde então.

O projeto recebeu três emendas



Moreira Mendes, relator do projeto, quer autorizar a reprodução da bandeira em objetos de uso pessoal

do relator. Uma delas torna menos rigorosas as exigências sobre a apresentação do Hino e da Bandeira Nacional, autorizando, por exemplo, a reprodução da bandeira em paredes, vidraças, veículos, utensílios e objetos de uso pessoal.

A propósito, na apresentação que o intérprete e violonista João Gilberto fez em Brasília no início do mês, boa parte da platéia formada por mais de mil pessoas fi-

cou desconcertada quando o artista começou a cantar o Hino Nacional. As pessoas não sabiam se cantar o hino durante um espetáculo era ou não legal. Em relação a fatos como esse, o projeto estabelece: "É permitida a execução do Hino Nacional com arranjos vocais ou instrumentais diferentes, mas nunca em solenidades oficiais, e desde que não afronte ou desrespeite o hino".

A proposta ainda inova ao criar, na Lei de Contravenções Penais, novo capítulo sobre a punição, prevendo pena de prisão de três meses a um ano para quem desrespeitar a Bandeira Nacional.

HOMENAGEM

Na pauta da reunião, também está prevista a análise de projeto da Câmara que denomina "Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco — professor Romero Marques" o hospital daquela instituição universitária. Com parecer favorável do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), a comissão vai examinar ainda projeto que institui o Dia da Bíblia.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 2001

Senador Ramez Tebet
Presidente

11h — Entrevista ao jornalista Paulo Cruz, da *Gazeta do Povo*
12h — Recebe os presidentes Paulo Machado de Carvalho Neto, da Abert, e Rosário Congro Neto, da AERMS
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária
18h — Participa da solenidade de lançamento do livro *Kleinübing — Uma Trajetória de Coerência*, de autoria do jornalista Moacir Pereira. *Sala Nobre do Senado*

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: requerimento solicitando a convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, para prestar informações acerca do possível aprovação de projeto que institui o Código de Defesa do Contribuinte, entre outros.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: 15 itens, incluindo mensagem do Executivo que solicita autorização para contratação de operação de crédito externo entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de até US\$ 57 milhões, para financiamento parcial do Programa de Apoio à Modernização do Sistema Previdenciário Brasileiro (Proprev). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — CPI do Futebol
Pauta: depoimento do presidente do Flamengo, Edmundo dos Santos Silva. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

11h30 — Comissão de Educação
Pauta: 5 itens, incluindo projeto que atualiza a legislação sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais e projeto que dá nome do professor Romero Marques ao Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: projeto que exclui do horário de verão os estados de Goiás e Tocantins e o Distrito Federal. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

14h30 — Comissão de Revitalização do Rio São Francisco
Pauta: exposição do presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Jerson Kelman. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h30 — Comissão Mista de Orçamento Público e Fiscalização
Pauta: votação de relatórios e requerimentos. *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: indicação dos diplomatas Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, para o cargo de embaixador na Áustria, e Joaquim Luís Cardoso Palmeiro para o cargo de embaixador em Malta; e acordos internacionais. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Projeto exclui do horário de verão Tocantins, Goiás e DF

Projeto de lei do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que proíbe a implantação do horário de verão em Goiás, no Tocantins e no Distrito Federal deverá ser votado hoje, a partir das 14h, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). A proposta tem voto favorável do relator, senador Mauro Miranda (PMDB-GO).



Maguito: mudança de horário é inócua nos dois estados e em Brasília

Maguito argumenta que nessas unidades da Federação o estabelecimento de horário de verão é inócua, porque o Sol nasce mais tarde e com isso a população precisa acender as luzes pela manhã, sendo que a economia de energia em tais condições, pondera, não chega a 1% do total normalmente gasto. Além disso, lembra o senador, existe o crescimento da exposição das pessoas à criminalidade, já que elas saem de suas casas mais cedo e no escuro.

Também consta da pauta da reunião da CI projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que institui adicional de 1% sobre o

valor das passagens aéreas de linhas regulares domésticas que não recebam nenhum tipo de subsídio. A proposição, que mereceu o apoio do relator, senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), na forma de substitutivo, pretende direcionar os recursos arrecadados com o adicional na suplementação tarifária de linhas aéreas regionais de passageiros que operam dentro da Amazônia Legal.

Antes de iniciar a análise dos projetos, os senadores da CI vão eleger novo presidente do colegiado, pois o senador José Alencar (PL-MG) deixou a presidência após ter mudado de partido. A vaga da presidência é do PMDB e o senador Alberto Silva (PI) foi indicado para concorrer ao cargo.

SUS poderá cobrir despesas de paciente fora do domicílio

O paciente que estiver sendo atendido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e que necessitar ser deslocado para tratamento em centro de assistência distante de sua residência terá as despesas decorrentes dessa transferência pagas pelo próprio SUS. É o que prevê projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que deverá ser votado amanhã na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em reunião marcada para as 9h.

O projeto, que tem decisão terminativa na comissão, conta com relatório favorável do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), que apresentou uma emenda. A matéria também recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com três emendas.

Marina Silva quer que o SUS cubra as despesas de transporte, alimentação e pousada dos pacientes e, se for necessário, de seus acompanhantes – no caso de crianças, paráliticos, pessoas em es-

tado de coma ou portadores de deficiência mental. Define o projeto que esse tipo de auxílio, denominado Tratamento Fora de Domicílio (TFD), só poderá acontecer baseado em laudo médico atestando a necessidade de o paciente ser transferido.

Os senadores da CAS também deverão examinar, em turno suplementar, três substitutos a projetos já aprovados na comissão. Um deles, do senador Tião Viana (PT-AC) a projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), estabelece regras para a reprodução assistida no país; outro, do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) aos projetos originais do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e do então senador Luiz Estevão, fixa o desconto de 50% no valor das passagens aéreas para pessoas com mais de 60 anos; e o terceiro, do senador Lúcio Alcântara a projeto de Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), prevê regras para as atividades dos médicos residentes.



Proposta, que terá decisão terminativa, é de autoria de Marina Silva

Proposta de Souto facilita a contratação temporária

Substitutivo do senador procura resgatar conteúdo do projeto original, encaminhado pelo Executivo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina hoje, a partir das 10h, substitutivo do senador Paulo Souto (PFL-BA) a projeto de lei da Câmara que estabelece novas regras para a contratação temporária de mão-de-obra e terceirização de serviços. Em sua proposta, o relator da matéria procura "resgatar o conteúdo do projeto original" de iniciativa do Executivo, que, segundo ele, foi bastante modificado na Câmara dos Deputados.

Paulo Souto manteve, por exemplo, a forma prevista no projeto original de atuação das empresas de terceirização nos mais diversos setores, sem a exigência de especialização. Pelo projeto que veio da Câmara, esclareceu o relator, uma grande mineradora não poderia ter, em seu grupo econômico, empresa especializada no transporte ferroviário ou marítimo de seus produtos, sendo obrigada a contratar esses serviços de outras em-



Paulo Souto é a favor da terceirização de mão-de-obra nos mais diversos setores

presas – eventualmente até de concorrentes estrangeiras.

O senador também não aceitou a fixação de um capital social mínimo de R\$ 250 mil para as empresas de terceirização, alegando que, na maioria das vezes, elas são constituídas sob a forma de micro e pequenas empresas.

Nas exigências para a realização de contratos temporários de trabalho, o relator retirou, também, a previsão da jornada de trabalho de oito horas diárias e de 44 ho-

ras semanais, entendendo ser essa uma restrição excessiva ao uso da terceirização.

Outra iniciativa adotada por Paulo Souto foi a de suprimir, no texto da Câmara, a expressão "urbana" no conceito de empresa de trabalho temporário. Desse modo, argumenta, fica permitido o trabalho temporário também no meio rural, o que deverá trazer muitos benefícios à geração de novos postos de trabalho formais no campo.

CAE examina créditos para Goiás e Previdência Social

O Ministério da Previdência e Assistência Social e o governo do estado de Goiás poderão obter autorização para operações externas de crédito, conforme previsto em mensagens encaminhadas ao Senado pelo Poder Executivo, e que deverão ser apreciadas hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O primeiro pedido de crédito feito pelo governo, no valor de US\$ 57 milhões, deverá ser contratado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos destinam-se ao Programa de Apoio à Modernização do Sistema Previdenciário Brasileiro (Propev), do Ministério da Previdência e Assistência Social.

O segundo item refere-se à contratação de um empréstimo no valor de US\$ 65 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), pelo governo do estado de Goiás. Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do projeto de gerenciamento da malha rodoviária do estado, com o objetivo de

incrementar o sistema de transporte, incluindo-se a manutenção e pavimentação de rodovias estaduais.

A CAE deverá examinar na mesma reunião projeto de lei de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR) que proíbe a cobrança da taxa mínima de energia elétrica para os consumidores residenciais. A proposta recebeu parecer favorável do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA).

Também está na pauta projeto do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que pretende estimular o uso de equipamento voltado para exploração da energia solar em prédios comerciais e residenciais.



Projeto de Osmar Dias que proíbe taxa mínima de energia elétrica também está na pauta da CAE



Comissão especial foi criada mediante requerimento de Waldeck Ornélas

Presidente da ANA fala na Comissão do São Francisco

A comissão especial do Senado encarregada de acompanhar e avaliar o projeto de conservação e de revitalização da bacia do Rio São Francisco ouviu hoje, às 14h30, o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Jerson Kelman.

Integrada por 14 senadores de estados banhados pelo rio, a comissão foi criada depois que o presidente da República anunciou medidas para a revitalização do São Francisco, a serem adotadas antes do início das obras para a transposição de suas águas para estados do Nordeste.

A comissão resultou de proposta do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), que foi designado seu relator.



Iris Rezende cobrou do governo a retomada imediata do Programa do Computador Popular

Iris defende popularização da Internet

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) definiu como inexplicável o adiamento pelo governo federal do Programa do Computador Popular, que propiciaria à população de baixa renda acesso à informática. Previsto para ser executado este ano, o programa foi adiado e não se sabe quando será retomado, segundo o senador, que considera "indesculpável" atribuir a prorrogação à alta do dólar ou ao racionamento de energia elétrica.

Concebido para levar a Internet a escolas, postos de saúde, microempresas, pequenas comunidades e pessoas de baixa renda, o programa, segundo Iris Rezende, se beneficiaria de protótipo desenvolvido na Universidade Federal de Minas Gerais, com apoio do Comitê Gestor da Internet, órgão dos Ministérios das Comunicações e da Ciência e Tecnologia.

O senador observou que um programa dessa importância precisa ser tratado com seriedade e responsabilidade, e avaliado como prioritário e urgente.

— O presidente Fernando Henrique, que sempre se declarou radicalmente comprometido com a modernização do país, tem nas mãos a oportunidade de produzir esse gigantesco salto de qualidade na vida dos nossos cidadãos.

Iris Rezende pediu que os ministros da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, e das Comunicações, Pimenta da Veiga, intervenham para que o programa seja imediatamente retomado. O senador citou informações da própria equipe do governo segundo as quais toda a tecnologia do programa está pronta para ser repassada às indústrias interessadas em produzir o computador popular.

— Não é mais possível adiar um programa como esse — disse.

Acordo adia para dezembro votação do Código de Defesa do Contribuinte

Projeto será levado ao Plenário em 5 de dezembro, segundo Pedro Simon. O entendimento prevê também audiência com Pedro Malan e Everardo Maciel, na CAE, sobre a proposta

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) informou ontem que será adiada para o dia 5 de dezembro a votação, pelo Plenário, do projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que institui o Código de Defesa do Contribuinte.

Acordo com a Liderança do governo garantiu que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, vão comparecer em 28 de novembro à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para explicar o impacto do projeto sobre as contas do Tesouro. Com o entendimento, Simon deve retirar hoje da ordem do dia requerimento em que solicita a convocação de Malan e Maciel.

Também devido ao acordo, o senador Jorge Bornhausen deve solicitar amanhã a retirada do

Bornhausen, autor do projeto, pedirá amanhã retirada da proposta da pauta



Para Pedro Simon, a proposta "é favorável ao sonegador"

projeto da pauta, que deve ser votado em dezembro.

O texto de Bornhausen permite que o contribuinte em débito fiscal que esteja contestando judicialmente a dívida tenha acesso a

benefícios fiscais e creditícios oficiais e participe de licitações públicas. "Como está, o projeto não passa", comentou o senador Pedro Simon, ao analisar a matéria.

Na opinião de Simon, "o texto

é favorável ao sonegador", pois permite que empresas em débito com o fisco possam obter empréstimos em bancos oficiais, "o que equivale a premiar quem não paga imposto".

Nabor Júnior cobra revisão das tabelas do Imposto de Renda

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu a revisão das tabelas de dedução e das faixas de contribuição do Imposto de Renda das Pessoas Físicas já para o próximo ano. Segundo disse, o congelamento das tabelas e das faixas, que completa sete anos, tem resultado em "brutal aumento" da carga tributária paga pelos trabalhadores brasileiros.

— Os tecnocratas preferem apelar para o recurso mais fácil, que é aumentar a carga de quem já paga, a combater a sonegação e a elisão fiscal, por meio da qual os grandes magnatas da economia nacional burlam suas obrigações tributárias devido a inúmeras brechas legais — afirmou o senador.

Ao invés de aumentar a base de arrecadação, disse Nabor Júnior, "apanhando os sonegadores e tapando os furos da legislação", a equipe econômica do governo "continua massacrando aqueles que não têm como driblar as obrigações fiscais", uma vez que os salários dos trabalhadores são fixos e

impressos em contracheques, cujas cópias são repassadas à Receita Federal.

PROJETO

O senador defendeu a aprovação do projeto de lei, em tramitação no Congresso, que determina a atualização das tabelas do Imposto de Renda. A proposta, diz, "corrigirá a grave injustiça praticada contra os trabalhadores". Ele lamentou o fato de a equipe econômica considerar que o projeto trará "prejuízo aos cofres públicos" e não o restabelecimento de um direito social

dos trabalhadores.

Ao criticar a proposta de criar novas faixas de tributação, de 30%, 33% e até 35%, Nabor Júnior contestou o argumento da equipe econômica que considera baixa a contribuição paga no Brasil, comparando-a com a tributação praticada em países como Inglaterra e Suécia. O senador lembrou que o inglês e o sueco, ao pagar altas cargas tributárias, têm a garantia de assistência médica e de escolas gratuitas de qualidade e de segurança pública eficaz.



Nabor: congelamento das tabelas e das faixas causou "brutal aumento da carga tributária do trabalhador"

Projeto de irrigação na Paraíba pode voltar a ter recurso

A Comissão Mista de Orçamento pode votar na tarde de hoje parecer do deputado Pedro Novais (PMDB-MA) que tira da lista de obras paralisadas por falta de verbas da União o projeto de irrigação de Várzea de Souza (PB). Investigações do Tribunal de Contas da União (TCU) mostraram que as irregularidades constatadas — falta de estudos de viabilidade financeira e de impacto ambiental do projeto — já estão sendo sanadas. Também não foram confirmadas denúncias de superfaturamento.

Presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), a comissão examinará ainda requerimento do deputado João Leão (PPB-BA) para que comissão de deputados e senadores faça viagem de reconhecimento ao Vale do Rio São Francisco. O deputado alega que a comissão examina dezenas de propostas que destinam dinheiro a projetos na região, ao mesmo tempo em que o rio enfrenta problemas como redução de suas águas, assoreamento e poluição.



Gilvam Borges: governo federal transformou funcionalismo público em "bode expiatório"

Gilvam presta homenagem a servidor público

Ao homenagear o funcionalismo federal pela passagem do Dia do Servidor Público, comemorado no último domingo, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse que os servidores vêm sendo submetidos a uma injustiça, sem reajuste salarial há oito anos, "o que vem impondo perdas substanciais ao poder aquisitivo da categoria, que amarga em seus bolsos uma inflação de quase 80%".

Para o senador, o governo federal transformou o funcionalismo público em "bode expiatório" do Plano Real, retirando da categoria até os direitos legitimamente garantidos. Ele acrescentou que, ao invés de comemorar seu dia, os servidores se encontram há mais de dois meses em estado de greve, "em virtude da intransigência do governo" em conceder um reajuste à altura das perdas salariais sofridas desde 1994.

— Apesar de o Plano Real ter conquistado o indiscutível êxito de interromper um ciclo cronicamente inflacionário de nossa economia, temos que convir que já foram transcorridos exatamente sete anos desde a deflagração do plano. De lá para cá, por mais controlada que esteja, a inflação acumulada já beira os 80% — afirmou.

A situação dos servidores do Senado, que garantiram na Justiça o direito de receber perdas referentes à conversão da URV (Unidade Real de Valor) para o real, também foi lembrada pelo senador. Ele apelou à Presidência da Casa no sentido de que pague o que é devido aos funcionários.

Gilvam também parabenizou o ex-senador Jader Barbalho (PMDB-PA) pelo seu aniversário, transcorrido no último sábado. Ele informou que a festa, em Belém, reuniu mais de 7 mil pessoas.

— Não poderia deixar de prestar esta homenagem ao velho companheiro e amigo combativo.

Mauro defende criação da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

Objetivo é melhorar a infra-estrutura, a capacitação de recursos humanos, o aproveitamento racional dos recursos ambientais e outros de importância estratégica, segundo o senador

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu ontem, em discurso no Plenário, a criação da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que deverá atuar na promoção dos investimentos e na coordenação dos programas públicos na região. Entre esses programas estão a melhoria da infra-estrutura, a capacitação de recursos humanos, o aproveitamento racional dos recursos ambientais e outros de importância estratégica, informou o senador.

Mauro Miranda ressaltou que as agências de desenvolvimento são os canais mais adequados para articular as ações dos agentes públicos e privados diretamente envolvidos com as políticas de de-



Mauro: agências constituem canais adequados para articular ações

envolvimento regional. Além disso, observou o senador, as agências atuam de forma descentralizada e horizontal, gerando um processo coletivo de tomada de decisões, benéfico para a realização da ação pública.

Mauro lembrou a experiência bem-sucedida de agências de desenvolvimento em outros países, afirmando que a Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste poderá articular melhor a atividade produtiva regional; as fontes de

financiamento para a atração de investimentos; a promoção dos empreendimentos produtivos e a implantação de projetos de infra-estrutura econômica e social. Poderá ainda promover a rede de parcerias e alianças entre os governos federal e estaduais e o setor privado, o acesso às informações estratégicas para o desenvolvimento e os subsídios para a execução de políticas públicas.

Na avaliação de Mauro, a atual Secretaria Extraordinária do Desenvolvimento do Centro-Oeste, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, tem atuação bastante limitada e não atende às necessidades de lideranças políticas e empresariais da região.



Sebastião Rocha quer instalar pólo de desenvolvimento em Laranjal do Jari

Projeto autoriza distrito agropecuário no Amapá

Projeto de lei apresentado pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP) autoriza o Poder Executivo a criar um distrito agropecuário no município de Laranjal do Jari, no estado do Amapá. O objetivo da proposta, segundo o senador, é instalar um pólo de desenvolvimento auto-sustentável para geração de emprego e renda por meio da produção e da comercialização de produtos agropecuários e extrativos. A matéria está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo.

Na avaliação do senador, o maior conhecimento técnico-científico disponível sobre a região, a maior conscientização sobre a riqueza que representa a enorme biodiversidade local e o sucesso mundial do turismo ecológico e rural podem promover uma exploração agropecuária capaz de assegurar o progresso econômi-

co, sem prejuízo dos aspectos sociais e da preservação ambiental.

Sebastião Rocha lembrou que desde o início da existência da Zona Franca de Manaus houve o propósito de implantação de um distrito agropecuário, que chegou a ser criado, abrigando cerca de 165 projetos de agricultura, mas que não alcançou o desenvolvimento esperado.

— É inegável o potencial agropecuário da Amazônia Ocidental, e a implantação de um distrito agropecuário no Amapá contribuirá significativamente para o desenvolvimento do setor — argumenta o senador na justificativa de seu projeto.

As normas técnicas e financeiras para o estabelecimento do distrito serão determinadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por intermédio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Eduardo propõe nome de brigadeiro para aeroporto

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) comunicou a apresentação de proposta dando o nome de brigadeiro Lysias Rodrigues ao aeroporto de Palmas, inaugurado durante comemorações do 13º aniversário do estado do Tocantins, no último dia 5. O senador lembrou que o brigadeiro foi um dos pioneiros da aviação militar no Brasil e um defensor, na década de 40, da emancipação do estado do Tocantins.

Eduardo Siqueira Campos ressaltou o papel do novo aeroporto na articulação nacional, unindo rotas aéreas e aumentando o intercâmbio inter-regional, transformando-se, no futuro, em ponto de distribuição e redistribuição de passageiros e cargas. Ele acrescentou que, com o novo aeroporto, abrem-se perspectivas de desenvolvimento para o turismo ecológico.

Eduardo Siqueira Campos citou também a inauguração da pri-

meira unidade de geração de energia da Usina Luís Eduardo Magalhães, com a presença do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. A usina, que terá cinco unidades de geração, deverá produzir, nos próximos meses, 902 mil kW de energia. Somada às de Tucuruí, de Serra da Mesa e a outras sete em fase de estudos e licitação, disse o senador, a usina deverá fazer do Rio Tocantins, e secundariamente do Rio Araguaia, o novo modelo articulado de produção de energia, unindo os sistemas da Eletronorte, da Chesf e de Furnas e, através deles, os demais sistemas do país.

O senador afirmou que o estado do Tocantins, conhecido pelo seu abandono e por suas péssimas condições de vida, passou por transformações profundas e hoje é um dos estados brasileiros de maior progresso e de melhores perspectivas de futuro.



Eduardo: brigadeiro Lysias Rodrigues defendeu emancipação do Tocantins

Álvaro pede que Judiciário impeça a venda da Copel

O leilão da Companhia Paranaense de Energia, previsto para amanhã, está sendo organizado de "forma irregular, ilegal e abusiva", diz o senador

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) fez ontem apelo para que o Poder Judiciário impeça a venda, prevista para amanhã, da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Segundo o senador, já foram cassadas várias liminares contra a venda, mas existem ainda algumas ações populares em julgamento, inclusive uma de sua autoria que poderá ser apreciada na 10ª Vara Federal de Porto Alegre (RS).

Em pronunciamento, o senador elencou os principais pontos da ação popular de sua iniciativa, assinada pelos advogados Romeu F. Bacellar Filho e Renato Andrade. O senador argumenta que o governo paranaense está leiloando a empresa por "um preço irrisório", cerca de R\$ 4,3 bilhões, quando apenas o patrimônio da Copel é avaliado em R\$ 37,18 bilhões, de acordo com o Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná. Álvaro disse que o próprio governo chegou a avaliar a Copel, no começo do ano, em R\$ 9 bilhões. Ele salientou que é preciso levar em conta que "o endividamento da empresa é mínimo".

Álvaro Dias disse ainda que "o



Álvaro Dias argumenta também que a Copel está sendo vendida por "preço irrisório"

governo escolheu um momento inadequado para realizar o leilão", devido à instabilidade econômica mundial, sobretudo depois dos atentados ocorridos nos Estados Unidos. O parlamentar lembrou que o próprio presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Francisco Gros, disse em entrevista à *Folha de S. Paulo* que prevê dificuldades na privatização da Copel.

INSTABILIDADE

Para o senador, o leilão "agrave os princípios da razoabilidade, eficiência e economicidade". Na ação popular, o senador afirma que a alienação de uma companhia estatal de reconhecida efici-

ência em plena instabilidade mundial "não atende o interesse da coletividade, da legitimidade e muito menos da economicidade".

Álvaro Dias acrescentou que o leilão se apresenta de "forma irregular, ilegal e abusiva, inteiramente contrária aos interesses da maioria do povo". E ressaltou que 93% da população do estado se manifestou contrariamente à privatização da empresa em recente pesquisa.

Em aparte, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse que a mesma indignação do povo paranaense é sentida pelos goianos em relação à intenção do governo de vender a companhia de energia de Goiás.

Jucá ressalta os resultados da privatização de rodovias federais

Com base no Relatório Anual de Acompanhamento das Concessões de Rodovias Federais, documento do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), o senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que foi acertada a decisão de transferir para a iniciativa privada a administração de rodovias federais. O senador acredita que, com o programa de concessões, o traçado e a sinalização das pistas melhoraram. Salientou ainda que as rodovias federais passaram a contar com socorro médico e assistência em caso de problemas mecânicos.

Jucá disse que, por não ter condições financeiras de investir na manutenção, "o Estado foi obrigado a entregar à iniciativa privada parte significativa da malha rodoviária". Somando-se as rodovi-

as estaduais e federais que já foram privatizadas com as que devem ser terceirizadas, serão cerca de 14 mil quilômetros sob controle privado.

— Essa opção pela privatização da manutenção de grandes rodovias surgiu para solucionar um intolerável estado de decadência e abandono das estradas.

O senador admitiu, no entanto, que existem problemas relativos ao alto valor dos pedágios. O problema, lembrou, deu origem a uma greve dos caminhoneiros em abril de 2000. Mas ressalta que o descontentamento foi visivelmente dirigido às concessões administradas pelos estados e não pelo DNER.

Jucá concorda que "o programa de concessões não esteja fluindo sem tropeços". Mas afirmou que a economia vai se dinamizar



Segundo Romero Jucá, a qualidade das rodovias melhorou com a administração privada

com a existência de estradas de melhor padrão.

— É importante que os recursos dos governos federais e estaduais sejam liberados para ações de urgência mais premente, contempladas pelos quesitos sociais dos orçamentos públicos — disse.

Para Carlos Bezerra, o fechamento das lojas de atendimento prejudicou especialmente os idosos



Bezerra quer atendimento pessoal nas telefônicas

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) cobrou da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) regulamentação que obrigue as empresas de telefonia a disponibilizar aos usuários atendimento pessoal em lojas.

Carlos Bezerra disse que os consumidores, especialmente os idosos e os mais impacientes, não aprovam as "intermináveis" seqüências de opções a que são expostos quando ligam para as empresas de telefonia. Ele ressaltou ainda que o correio eletrônico, outro canal de comunicação disponibilizado pelas empresas, é limitado e também depende do telefone.

Conforme o senador, o usuário prefere o contato pessoal com atendentes para fazer consultas,

reclamações, inscrição em planos de expansão ou adquirir telefones. Carlos Bezerra considera que uma das mudanças menos positivas verificadas após a privatização do setor de telecomunicações foi o fechamento das lojas de atendimento.

O parlamentar sugeriu que a Anatel siga o exemplo do Banco Central que, recentemente, baixou portaria obrigando os bancos a oferecer serviços de atendimento pessoal nas agências.

Carlos Bezerra indagou se a Anatel "não estaria faltando com sua obrigação", determinada na Lei Geral de Telecomunicações, "de adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público" e repreender "infrações dos direitos dos usuários".

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. Roberto Saturnino e o vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, desembargador Cláudio Maciel, falam sobre a reforma do Judiciário
7h30 — *Entrevista* — O presidente da CIPSGA, Djalma Valois, fala sobre o *software* livre
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Alcoolismo — Parte 2
9h — *As Cores do Brasil* — Karajás
9h30 — *Entrevista* — O sen. Mauro Miranda fala sobre a produção de alimentos
10h — Comissão de Assuntos Econômicos — 15 itens em pauta, entre eles o projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que proíbe as companhias distribuidoras de energia elétrica de cobrar taxa mínima dos consumidores residenciais, a título de "custo de disponibilidade". A proposição determina que a conta de luz deverá informar exatamente qual foi o consumo. O valor cobrado deve referir-se apenas a esse consumo. (ao vivo)
Logo após — Comissão de Educação — 20 itens em pauta
13h30 — *Cidadania* — O sen. Roberto Saturnino e o vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, desembargador Cláudio Maciel, falam sobre a reforma do Judiciário
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Relações Exteriores — 14 itens em pauta. Entre eles: tarifas diferenciadas por estado onde circula gás natural por gasoduto; textos de acordos internacionais e indicações de embaixadores (ao vivo)

19h30 — *Cidadania* — O sen. Roberto Saturnino e o vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, desembargador Cláudio Maciel, falam sobre a reforma do Judiciário
20h30 — *Entrevista* — O presidente da CIPSGA, Djalma Valois, fala sobre o *software* livre
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — CPI do Futebol — Audiência pública com o presidente do Flamengo — Edmundo dos Santos Silva (Gravada)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música, informação e serviços
9h30 — *Tanto Mar* — Música em língua portuguesa pelo mundo
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Em seguida — CPI do Futebol
13h30 — *Tanto Mar* — Música em língua portuguesa pelo mundo (reapresentação)
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h30 — *A Voz do Brasil*
20h — Música, informação e serviços
20h30 — *Tanto Mar* — Música em língua portuguesa pelo mundo (reapresentação)
22h — *Senado Notícias* — Edição da noite
23h — Jazz e Tal

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Alcântara destaca redução da mortalidade infantil no mundo

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou os resultados da campanha "Diga sim pela Criança", lançada pela Cúpula Mundial pela Criança, em 1990, e divulgados agora pela Unicef, ressaltando a queda da taxa de mortalidade infantil. Citando o documento Situação Mundial da Infância 2002, do Unicef, o senador disse que a taxa de mortalidade de menores de 5 anos caiu de 94 por mil crianças nascidas vivas, em 1994, para 81 por mil em 2000.

Segundo o documento, 3 milhões de crianças menores de 5 anos deixaram de morrer, em todos os anos, graças a programas de imunização e cuidados médicos dispensados pelas famílias e pelas comunidades. Vinte e oito milhões de crianças na mesma faixa etária, informou o senador, sofreram menos as graves conseqüências da desnutrição; 175 países erradicaram a poliomielite e 104 eliminaram o tétano neonatal.

Em relação à meta fixada pela Cúpula, em 1990, que visava à universalização do acesso ao ensino fundamental e à conclusão da educação primária por 80% das crianças, o senador lamentou o aumento desse índice de 78%, em 1990, para 82% no ano passado. Ele afirmou que, de acordo com o Unicef, ainda existem 100 milhões de crianças em idade escolar fora das salas de aula. Alcântara informou também que o



Alcântara: 3 milhões de crianças menores de 5 anos deixaram de morrer por ano

analfabetismo de adultos, outro assunto abordado no relatório do Unicef, sofreu redução de 16%.

Quanto à propagação da Aids, o senador afirmou que o relatório do Unicef estima que 210 mil adultos e crianças contraíram o vírus no ano passado. Hoje, disse, 1,4 milhão de crianças com idade abaixo de 15 anos convive com o HIV em todo o mundo.

Lúcio Alcântara informou também que os conflitos, tanto os regionalizados como os mais amplos, têm sido debatidos exaustivamente pelo Unicef. De acordo com os dados da instituição, os conflitos deixaram órfãos, ou separaram de suas famílias, mais de um milhão de crianças, entre 1990 e 2000.

O senador lamentou as disparidades entre a situação da infância nos países desenvolvidos e nos países pobres.

Carlos Bezerra apóia direitos de 310 ex-cabos da FAB

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) pediu ao governo federal que examine com atenção a solicitação de 310 ex-cabos da Força Aérea Brasileira (FAB) que reclamam direitos financeiros resultantes da aplicação da Lei da Anistia. Bezerra contou que sua solicitação é fruto de correspondência que recebeu desses militares, cuja associação tem sede em Campo Grande (MS) e subdelegacia em Cuiabá (MT).

Segundo o senador, os cabos protestam contra os termos da Medida Provisória nº 2.151, de 31 de maio de 2001, que fixa valor máximo de indenização em pagamento único e não em prestações continuadas e mensais, "como se houvessem permanecido em serviço ativo", conforme previsto na legislação original que rege a questão. Bezerra

explicou que os ex-cabos reivindicam tanto o direito aos benefícios de indenização financeira como também à reintegração ao cargo na reserva remunerada, pois não há, no texto legal, nada que os obrigue a escolher entre ser reintegrado ao cargo ou receber a indenização.

Detalhando a Lei da Anistia, "dirigida a todos aqueles que foram atingidos por atos de exceção, institucionais e complementares, em decorrência de motivação exclusivamente política", Carlos Bezerra observou que a norma define que todos aqueles que foram prejudicados pelo regime militar têm direito à reparação econômica e à contagem, para todos os efeitos, do tempo em que foram forçados a afastar-se de sua atividade profissional em conseqüência apenas de suas convicções políticas.

Jonas pede acordo para dívida de agricultores

Senador adverte que produtores rurais que negociaram débitos com o governo em 1996 não têm condições de pagar parcela que vence amanhã

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) afirmou em discurso que os agricultores que renegociaram suas dívidas com o governo federal em 1996 (securitização) não têm condições de pagar a terceira parcela que vence amanhã, por causa "da brutal queda de sua renda nos últimos anos". Ele apelou à equipe econômica para que anuncie uma solução ainda hoje, pois, caso contrário, a maioria dos agricultores se tornará inadimplente.

— Os agricultores não são caloteiros e não querem se transformar em caloteiros. Eles apenas querem pagar dentro das condições que suportam — observou.

Relator da Medida Provisória nº 2.196, que transfere a dívida securitizada dos bancos oficiais para o Tesouro Nacional, o senador sustentou que há grande apreensão entre os produtores rurais, já que o Tesouro não pode renegociar os pagamentos que tem a receber, mesmo em caso de catástrofe na agricultura.

Jonas afirmou que, com a dívida nas mãos do Tesouro, um pequeno atraso de pagamento significará que o nome do produ-



"Agricultores não são caloteiros e não querem se transformar em caloteiros", afirma Jonas Pinheiro

tor entrará no cadastro de inadimplentes com a União. Além disso, a cobrança irá para a dívida ativa, onde há "extremo rigor" por parte do governo.

— Os agricultores chegaram a esta situação não por culpa própria, mas porque enfrentaram vários planos econômicos nos últimos 15 anos. Eles plantavam sob um plano e colhiam quando estava em vigência outro plano. O valor de sua produção nunca esteve tão baixo e eles não têm renda para arcar com os pagamentos como foram renegociados — disse.

Em aparte, o senador Arlindo

Porto (PTB-MG) relatou a situação aflitiva de um produtor de café de seu estado, que tomou um empréstimo de R\$ 140 mil para investir na produção, valor que na época podia ser pago com 653 sacas de café. Já pagou R\$ 55 mil e o saldo devedor subiu para R\$ 160 mil, equivalente a 1.500 sacas de sua produção. Explicou que, se o agricultor for pagar hoje toda sua dívida, terá entregue 1.730 sacas, ou seja, quase três vezes mais do que previa ao tomar o empréstimo. "O exemplo mostra como a atividade agrícola está inviabilizada no Brasil", assinalou.

Mauro cobra do governo política de incentivo à produção de leite

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu a inclusão do leite na Política de Garantia de Preços Mínimos e a adoção de mecanismos de financiamento da produção leiteira. Segundo ele, os produtores brasileiros enfrentam dificuldades com a queda na cotação do leite *in natura* no Brasil. Mauro Miranda também sugeriu a proibição de qualquer órgão ligado ao governo adquirir produto que utilize leite importado.

Na opinião do senador por Goiás, o Brasil precisa definir uma política para a produção leiteira nacional. Mauro lamentou que o governo demonstre

preocupação exagerada com as questões econômicas e não priorize o setor produtivo. Ele comentou que o país precisa aumentar sua produção de uma maneira geral, especialmente no setor de alimentos, tanto para atender ao mercado interno quanto ao externo.

— Reforço as iniciativas da Confederação Nacional da Agricultura para que o governo promova os ajustes com os diversos segmentos da cadeia produtora de leite e seus derivados, pois se deixar essa questão nas mãos das leis de mercado, leis que beneficiam o segmento da transformação, prejudicará sobremaneira o produtor — afirmou.

A queda no preço do leite, na avaliação de Mauro Miranda, não está beneficiando o consumidor final, mas apenas as grandes indústrias de laticínios. Ele explicou que a redução está ocorrendo em virtude do aumento da produção.

— Pensando num mercado ideal e numa eventual redistribuição de renda, podia até ser que houvesse alguma justificativa. Mas se está havendo algum tipo de transferência de renda, não é dos mais aquinhoados para os menos favorecidos, mas dos desprotegidos produtores de leite para as portentosas indústrias transnacionais — ressaltou.

Arlindo cobra regulamentação de lei que permite abate de aeronave hostil

Ele conclamou Senado a apelar ao presidente da República para que assinasse decreto adotando providência. Lembrou que conjuntura é favorável a medidas de proteção ao espaço aéreo

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) criticou ontem a demora do governo em regulamentar a Lei do Abate, que permite a derrubada de aviões civis que signifiquem ameaça ao território nacional ou que violem o espaço aéreo brasileiro. Ele conclamou o Senado a apelar ao presidente da República para que assinasse decreto regulamentando a lei sancionada por Fernando Henrique em 1998, aproveitando-se da conjuntura mundial favorável à adoção de medidas destinadas a proteger o espaço aéreo.

Referindo-se aos ataques terroristas que atingiram os Estados

Unidos, Arlindo Porto disse que esse é o momento de resolver questões legais que envolvam conceitos de segurança nacional e medidas de proteção do território dos países. O senador lembrou que, logo após os atentados, os Estados Unidos trataram de ampliar a proteção do seu espaço aéreo, tendo o presidente George W. Bush delegado a dois generais o poder de derrubar aviões suspeitos, sem consultá-lo previamente.

Enquanto isso, lembrou o parlamentar, a Lei do Abate, que lista as circunstâncias em que uma aeronave invasora é considerada hostil



Conforme lembrou Arlindo Porto, Lei do Abate foi sancionada em 1998, mas permanece sem efeito

e pode ser derrubada, permanece sem efeito porque não foi regulamentada.

— Isso prejudica o Brasil e nos

expõe, sem que tenhamos como garantir este imenso espaço aéreo sobre os nossos 8,5 milhões de quilômetros quadrados — afirmou.



Paulo Hartung disse que 30 milhões de brasileiros nunca tiveram assistência odontológica

Hartung: situação da saúde bucal no país é desoladora

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) afirmou que a situação da saúde bucal no Brasil é desoladora. Ele criticou decisão do Ministério da Saúde, que em 1984 adotou “uma filosofia ímpar no mundo”, separando a saúde em duas, contrariando normas da Organização Mundial da Saúde (OMS), que recomenda a noção de saúde integral.

Na avaliação do senador, a partir daquela decisão iniciou-se um processo de desagregação dos serviços odontológicos públicos, agravado pelo fato de que desde 1978 o governo não realiza concursos para cirurgiões-dentistas. Hartung observou que o excesso de cursos de Odontologia no Brasil, autorizados pelo Ministério da Educação, tem provocado uma “situação mercadológica calamitosa”, que só será resolvida com uma política efetiva de interiorização da saúde.

— A situação no Brasil é, portanto, paradoxal. Temos tantos dentistas e um número irrisório da população assistida — disse o senador.

Hartung citou dados do IBGE segundo os quais 30 milhões de brasileiros nunca tiveram acesso a serviços odontológicos. Ele louvou a iniciativa do ministro José Serra, de incluir os cirurgiões-dentistas nas equipes do programa Saúde da Família, mas lamentou que prefeitos e secretários desviem verbas destinadas à contratação de dentistas do programa para utilizar os recursos no pagamento da folha salarial dos quadros já existentes.

Hoje, disse o senador, a grande luta dos dentistas e de suas representações é no sentido de sensibilizar os governos e os políticos para reverter o quadro desolador da saúde bucal no Brasil.

Lando: universidade pública é trincheira da soberania

O senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que a universidade pública é ainda a grande trincheira da soberania nacional, a despeito do processo de desmonte que, segundo afirmou, a instituição vem sofrendo. “Pensadores formados pelas universidades internacionais, e que hoje ocupam os lugares mais estratégicos da administração pública, defendem um pensamento único do desmonte do Estado e do endeusamento do mercado”, frisou ele. As universidades públicas são, na análise de Lando, os principais focos de resistência a esse pensa-



Universidades no país vêm enfrentando processo de desmonte, afirmou Amir Lando

mento, o que as tornou alvo de ataques.

— Havia que se minarem as resistências ao modelo imposto pelos credores internacionais — afirmou o senador, explicando que o esvaziamento das universidades públicas é a imposição de um modelo que não pode ser discutido por quem estiver ocupando o cargo de ministro da Educação.

O senador ressaltou que minar a universidade pública é destruir o último reduto do processo criativo posto a serviço da maioria. Para Amir Lando, a defesa da universidade pública vai além dos aspectos da autonomia universitária, e significa a luta pela sobe-

rania nacional.

— A defesa que faço da universidade pública tem a mesma garra, portanto, do meu protesto contra o desmonte do Estado e a mesma veemência da minha luta por um país mais democrático e soberano — destacou.

Para Amir Lando, esse quadro é exemplificado pelo papel desempenhado pela Universidade de Rondônia (Unir), que é de gerar conhecimento para o país, especialmente a Amazônia. O senador destacou que a instituição tem potencial para crescer, mas é minada na sua estrutura.

Freire defende ensino superior municipal em Pernambuco

O senador Roberto Freire (PPS-PE) defendeu a manutenção das autarquias municipais de ensino superior de Pernambuco, que correm o risco de ser fechadas por não alcançarem os índices pedagógicos e técnicos exigidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e pelo Ministério da Educação. Freire lembrou que essas instituições foram criadas a partir de necessidades sociais e regionais e são mantidas com dificuldades com recursos dos municípios.

As autarquias municipais de ensino, disse o senador, cada vez

mais têm-se tornado elementos estruturadores da educação pública de terceiro grau no país, e em Pernambuco funcionam em mais de 12 municípios.

— As autarquias municipais são uma conquista pública e o caminho natural para jovens que não pretendem ou não podem sair de suas cidades ou regiões — salientou o senador.

Freire registrou a aprovação de emenda ao Orçamento de 2002, de R\$ 25 milhões, destinados à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), para a realização de cursos de pós-graduação e mes-

trado destinados especialmente a professores das autarquias municipais. Ele destacou a atuação da bancada de Pernambuco nesse sentido.

O senador sugeriu ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que crie uma comissão especial para tratar da questão das autarquias municipais de ensino. Para ele, essas instituições devem receber o mesmo tratamento oferecido pela União às suas universidades. Ele também destacou a acolhida do reitor da UFPE a suas gestões pelo apoio daquela universidade às autarquias.



Roberto Freire disse que instituições foram criadas a partir de necessidades sociais e regionais